

Construtor diz que o GDF não tem como preservar patrimônio

JORNAL DE BRASÍLIA

10 DEZ 1987

O Governo do Distrito Federal não tem condições técnicas nem financeiras para administrar seu patrimônio ou fazer a manutenção dos edifícios tombados. O alerta é do presidente da Associação Brasiliense de Construção Civil, Graciomário de Queiroz, ao manifestar a preocupação do setor com a inclusão de Brasília na lista do Patrimônio da Humanidade pela Unesco.

Segundo Graciomário de Queiroz, o orçamento do GDF teria que ser triplicado para evitar que os monumentos tombados e as áreas a serem preservadas se deteriorem. E, além disso, adverte que há o risco de se fechar a cidade em uma camisa de força.

Mesmo assim, ele não vê a decisão de transformar Brasília em patrimônio da humanidade como um fato negativo. Ao contrário, lembra que "o tombamento vai impedir que futuros governantes possam descaracterizar a cidade". Na sua opinião, a regulamentação do tombamento deve ser feita com cuidado para que, no futuro, a cidade e sua população não sejam prejudicadas por falta de melhorias necessárias.

Na impossibilidade de o GDF administrar o tombamento, ele sugere ao Governo iniciar uma campanha de estímulo ao civismo dos habitantes da cidade: "Assim, ao afastar a idéia que o tombamento é responsabilidade única do GDF, ele criaria a mentalidade de preservação dos espaços pelos cidadãos brasilienses", observa.

Ivaldo Cavalcante



Graciomário: vai ser difícil

Para Graciomário, a campanha é mais "uma questão de cultura e de adequação". Ele resalta que o estímulo precisa ser iniciado nas escolas de 1º Grau, e estendido não só a Brasília, mas a todo o Distrito Federal, inclusive às cidades-satélites.

Segundo ele, o sucesso do tombamento pela Unesco vai depender da sensibilidade do Governo de abrir a discussão de regulamentação a todos os segmentos que compõem a cidade, "pois a população e suas entidades representativas precisam ser ouvidas. Não pode ser

feito à força, através de um decreto-lei".

Especulação

O presidente da Associação Brasiliense de Construção Civil afirma que independente do tombamento, se o Governo não liberar o programa "Brasília revisitada" — que criou cinco novas áreas de habitação —, os preços dos terrenos na cidade tendem a aumentar, e a fração do terreno, hoje uma das mais caras do País, será comparada à da 5ª Avenida em Nova Iorque", adverte.

Outro aspecto defendido por ele é de que o GDF permita a industrialização de Brasília: "enquanto a cidade não tiver uma forma de criar recursos, será sempre dependente do Governo Federal. Além disso, ao abrir o plano de industrialização e ao iniciar a venda dos terrenos instituídos pelo programa "Brasília revisitada", o setor da construção civil será reaquescido".

Crítérios

Graciomário de Queiroz questiona os critérios a serem adotados na regulamentação do processo de tombamento. E teme que, amanhã, os que hoje aqui vivem sejam acusados por seus filhos e netos de omissão.

"Todos temos interesse que o padrão de vida da cidade e sua concepção urbanística e arquitetônica sejam preservados. Por isso, lanço um apelo à sensibilidade do Governo de convocar as lideranças representativas para discutir os caminhos a serem seguidos", enfatizou.